

# Tripulantes da Nação: a escola e a cultura popular

ESTEBAN, Fernando\*

## Resumo

Este trabalho procura *mapear* o papel da escola pública na delimitação das fronteiras da nação, aqui pensada como *comunidade imaginária*. O cotidiano do espaço escolar é visitado enquanto canal de propagação das *tradições inventadas* oficiais: aquelas concebidas como elementos primordiais para o estabelecimento da idéia de nação formada de cima para baixo, de acordo com o projeto das classes dominantes, em que o sentido histórico é dado pela colonização européia. A pesquisa propõe, ainda, que a narrativa histórica cumpre um posto chave dentro da montagem do discurso oficial. É a partir dela que se constrói as idéias fundadoras de povo, território, cultura e Estado – elementos que constituem o passado nacional comum. A escola, entretanto, desempenha outra tarefa no traço da cartografia nacional: a de *agência popular*. Nela se manifestam os discursos questionadores da perspectiva oficial de nação, que quebram os fundamentos da identidade, que se baseiam na memória popular, na realidade migrante, que mesmo submersa pelos elementos oficiais, aparece cotidianamente na realidade educacional. Este trabalho mostra, finalmente, como muitas escolas rompem com o discurso institucional e dão vozes às memórias silenciadas, notadamente em trabalhos que tem na arte a linguagem piloto.

**Palavras-chave:** Educação; História; Nação; Cultura; Escola Pública

O tema que provoca a reflexão neste espaço é a relação entre as práticas educativas e a educação vista sob a perspectiva intercultural. A contribuição que trago faz parte do esforço de *mapear* o papel da escola na delimitação das fronteiras da *comunidade imaginada da nação* (Anderson, 1989: 14). Trato da escola como uma *agência* tanto do poder do Estado, (foco das tradições inventadas oficiais e portanto zona de esquecimento ou de submersão das memórias conflitantes) quanto *agência* popular (que abriga as vozes da escola popular, espaço de emergência das memórias submersas e das práticas educativas interculturais). Por isso mencionarei práticas que se encaixam no discurso patriótico da História Institucional, repetidas há mais de um século a partir de uma narrativa histórica já consagrada; vou falar também no desenvolvimento de propostas que assimilam as vozes e demandas das classes populares e que resultam em práticas pedagógicas que abarcam as questões étnicas e, portanto, da relação social de diferentes culturas. O que está em baila aqui é a possibilidade de construção de um projeto popular de escola.

É imperativo mencionar a importância de encontros como este para desenvolver as redes sociais que integram aquilo que Lewis Mumford chamou de *cidade invisível*, ou seja, uma rede de conhecimento que não está exclusivamente a serviço do poder político hegemônico, ainda que dependa das ditas “políticas públicas”. São em oportunidades assim que “*as minorias e os*

---

\* Fernando Esteban do Valle. - Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense.

Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

Leccionou nas redes municipais de Niterói e Angra dos Reis, além da rede estadual do Rio de Janeiro.

Avenida Independência, 111. Pendotiba, Niterói – RJ. Cep: 24.322.000.

E-mail: fernandoesteban@uol.com.br

Fone: (21) 2616-2679

*diaspóricos vêm para mudar a história da nação*” (Bhabha, 1998: 237). A educação intercultural tem no tecido urbano, principalmente nas áreas metropolitanas, um local privilegiado para se desenvolver.

A mudança da história da nação é percebida pelos *donos do poder*, que buscam reafirmar a narrativa institucional, denominada de patriótica por Marc Ferro (1989: 11). Essa foi a tônica do Brasil 500: a tentativa de reconstruir um sistema de representações e de identidades que foi combatido no âmbito da historiografia. Não perder de vista que a escola propaga determinado padrão cultural de elite, estabelecido como conhecimento científico, socialmente indispensável para a compreensão e a atuação a realidade.

As iniciativas que compuseram as comemorações dos 500 anos representaram um momento rico para se repensar a História do Brasil, o que implica numa análise do presente. a gestação da nacionalidade no Brasil, em qualquer nível, não pode ser compreendida sem uma reflexão sobre os processos sociais nas diferentes matrizes culturais da população brasileira. Enquanto não se fizer uma profunda discussão em vários setores sociais sobre o multiculturalismo inerente da sociedade brasileira, não se chegará plenamente à nacionalidade amadurecida, e será, portanto, mantida a *nação inacabada*.

É relevante falar um pouco da atual fase do mundo, e de como é importante que cada um de nós olhe um pouco em direção ao futuro. Como se sabe, mirar para o futuro é olhar o passado. Olhamos para o mundo e o que se vê é bastante preocupante: guerra eminente pelo petróleo, situação preocupante de poluição e clima, desigualdade social, ou seja, miséria, fome, doença... Falência do modelo de “mundo livre” imposto pelo Ocidente e que há dez anos se apresentava como a configuração definitiva das sociedades humanas, que acabaria com as contradições de classe e que acarretaria no *Fim da História*. Fica fácil cruzar os braços e assumir uma postura catastrófica. Se, entretanto, o nosso olhar é demorado, detalhado, crítico, engajado, conseguiremos ver um amplo movimento de reorganização social que pensa e age em outros termos.

Do aprofundamento dos estudos sobre os aspectos educacionais do tempo histórico adveio a preocupação com a Memória Nacional. Em 2000, tal preocupação culminou na análise das iniciativas de comemoração baseadas no sentimento generalizado de que o Brasil cumpriria seu quinto centenário. Diante da imensa campanha realizada principalmente pelas grandes empresas de comunicação de massas, não pude deixar de dar minha contribuição para o registro da História popular, que estava sendo, mais uma vez, submergida diante da enxurrada de iniciativas oficiais. O caráter da campanha *Brasil 500* me impeliu a registrar e investigar os discursos populares enunciados no espaço da escola pública; elegi contrapor o discurso oficial com o registro das experiências pedagógicas cotidianas. Apesar de reconhecer significados no silêncio, quis dar voz às manifestações populares com as quais tive contato ao longo dos últimos anos, por considerá-las vitais para a renovação da pedagogia praticada nas escolas públicas. Escolhi este universo como forma de compreender o devir da educação em nosso país, por acreditar, como o padre Antônio Vieira, que para ter lume do verdadeiro futuro é necessário dedicar-se ao exame das emoções e sentimentos dos sacrificados.

Para compreender o significado das identidades construídas no marco do Estado nacional em tradições inventadas como comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil é necessário que se reflita sobre a construção da História institucional e, ainda, sobre a sua pedagogia nas redes oficiais, quer dizer, como a escola – enquanto organização administrativa – cria significados (Anderson, 1989: 63). Para as classes politicamente hegemônicas é muito importante escrever a História da nação segundo sua perspectiva, reinscrevendo a sociedade presente numa temporalidade organizada a partir da memória de Estado - pela sua própria natureza carrega consigo uma trajetória de esquecimentos. Por isso, é tão importante para as elites controlar o processo de produção de memória, o que pressupõe uma vigilância estreita das interpretações referentes aos processos históricos em que a nacionalidade está circunscrita.

É fundamental perceber como à formação da disciplina decorrente das normas nacionais corresponde uma definição de uma disciplina, um conjunto de conhecimentos, que narra a continuidade histórica da nação. A obediência à disciplina nacional, ou seja, ao conjunto de normas que estabelecem a nacionalidade, pressupõe a aceitação das tradições oficiais, inventadas pelas classes dirigentes para estabelecer o padrão dos elementos culturais compartilhados pelos integrantes da nação. A elaboração dessas tradições inventadas se assenta

na continuidade histórica artificial, e isso leva a que a História seja vigiada, enquanto campo do conhecimento.

Para expor aqui a perspectiva teórica que eu utilizei no meu trabalho, resolvi resgatar um episódio muito significativo da construção da História Nacional do Brasil, um dos muitos movimentos populares cuja memória foi obliterada pela narrativa institucional e que mostra como o *medo construído* pelas elites ajuda a controlar os embates sociais em diferentes momentos históricos.

Em fins de 1896, começava no sertão baiano um conflito social de enormes proporções, que ficaria conhecido como a Guerra de Canudos. A maioria dos presentes já estudou ou ouviu falar deste episódio sangrento e mal divulgado da história nacional. Durante boa parte do século XX, esteve ausente dos manuais didáticos e, ainda hoje, é ensinado de forma secundária. A visão prevalecente, ademais, é aquela difundida pela obra prima de Euclides da Cunha, *Os Sertões* – mesmo recentemente quando o episódio foi transposto para as telas de cinema. Como se sabe, o Arraial do Belo Monte foi arrasado, sua população massacrada, e as mulheres e crianças que se renderam repartidas entre os oficiais do Exército que participaram da última campanha, em outubro de 1897. Algum tempo depois, aquele local foi novamente ocupado por sertanejos, surgindo um segundo arraial de Canudos, destruído meio século mais tarde com a construção do açude de Cocorobó.

Muitas pessoas chamaram a atenção para o fato de que o açude teria sido construído em 1968 pelo regime militar como forma de *afogar* a memória popular daquele movimento. Mesmo parecendo uma hipótese plausível, ela carece de comprovação; por um lado, porque o açude foi construído num local extremamente apropriado para este fim, o que mostra a sabedoria dos sertanejos na escolha daquele local para estabelecer o povoado; por outro, o projeto do açude começou a ser detalhado em 1946 e a construção em 1950, portanto antes do golpe de 1964. A inundação do arraial, contudo, foi um acontecimento conveniente para os militares num contexto de perseguição das ligas camponesas, particularmente fortes no sertão nordestino.

Escolhi esse exemplo para mostrar como a construção da memória oficial se dá a partir do apagamento das memórias populares e conflituosas. A narrativa nacional não precisa inundar arraiais para isso – basta que construa uma História que se assente no ponto de vista das classes dominantes e que exclua os conflitos sociais contestadores da ordem. Isso cria o que eu defino de memórias *submersas* pela narrativa oficial da nação que, no entanto, não são completamente apagadas e esquecidas – elas emergem nas manifestações da cultura popular, sendo a escola um palco privilegiado, seja nas suas tarefas rotineiras ou nas atividades de comemoração dos quinhentos anos.

Voltemos ao caso de Canudos. Em 1996, quase cem anos depois do início da guerra, a seca que assolou a região do sertão baiano fez ressurgir as ruínas do arraial. O mesmo se dá com muitas manifestações da cultura popular: como as ruínas do Arraial do Belo Monte, emergem do fundo do lago formado pela História Institucional da nação. Como diz a canção de Fábio Paes e Padre Enoque Oliveira “*Dentro do Cocorobó / Ouviu-se um grito*”, – que tem ecoado por vários pontos do país, e impulsionado o resgate e a manutenção das múltiplas memórias *submersas* pela narrativa nacional. Este movimento cultural popular, porém, não ocorre pacificamente, sem reação. Antônio Callado, no Prefácio ao livro de Evandro Teixeira e Ivana Bentes *Canudos 100 anos*, afirmou: “*Acho que o principal defeito do Brasil é evitar que se verifiquem acontecimentos históricos profundos. Uma pequena elite, que sempre se deu bem nesta casa de enorme quintal, evita contrastes e confrontos maiores que queiram se manifestar*” (1997: 11). Noutra ocasião (uma reportagem na Folha de São Paulo em 20 de abril de 1996), este mesmo escritor afirmou que há cem anos o Brasil afunda com Canudos, já que os conflitos sociais que levaram à guerra ainda hoje estão para ser superados: “*Brasil trágico, que não acaba nunca*”.

Os contrastes e confrontos sociais mais fortes, entretanto, conseguem se manifestar em diferentes graus através de várias linguagens. Isso acontece independente da vontade daquela *pequena elite* mencionada por Antônio Callado. Fato que pode ser compreendido com um reisado de Juazeiro do Norte (Ceará) que canta “*Eu tenho **valor**, eu tenho **memória**, meu peito chora, meu coração **sente a dor***”. No ano de 2000, as memórias *submersas* estiveram nos muros, nos corredores das escolas, nas praias e ruas do país. Para mostrar o confronto evoco as palavras de João Cabral de Mello Neto “*não há melhor resposta que o espetáculo das ruas*”.

Assim, é na ação das ruas que se deve buscar as respostas populares ao processo de imposição da memória. Ali se realizam os sacrifícios, se encontram as pessoas cuja realidade queremos estudar. E essa *ação das ruas* é fundamental pra compreender a construção da memória nacional, pois como afirmou Homi Bhabha, “*O presente da história do povo é, portanto, uma prática que destrói os princípios constantes da cultura nacional que tenta voltar a um passado nacional ‘verdadeiro’, freqüentemente representado nas formas reificadas do realismo e do esteriótipo*” (1998: 215).

Todos aqui devem se lembrar das manifestações de protesto e de celebração por ocasião da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil durante o mês de abril de 2000. É vital que se lembre que o termo comemoração é também lembrança coletiva e não apenas festejo, como se acredita costumeiramente. As mais significativas se deram em Porto Seguro onde segundo a visão oficial o Brasil “nasceu”. Isso se deu porque é muito importante a construção de um passado histórico favorável para a elaboração de tradições inventadas no âmbito do Estado nacional, sendo uma das mais modalidades fundamentais a que se manifesta na comemoração de jubileus e centenários, a celebração daquilo que Sonia Mendonça chama de *data canônica* (1999).

O debate surgido na esteira das comemorações de abril de 2000, a respeito do significado da nação brasileira, se transformou em enfrentamento, não só porque as partes não concordavam com o caráter das comemorações, mas também porque o conflito social tem estado presente na sociedade brasileira desde os primeiros movimentos de sua formação, a despeito das teorias da cordialidade do povo brasileiro. O massacre de diversas etnias ameríndias, quase quatrocentos anos de escravidão, o monopólio do uso da terra pelas elites agrárias, a violência descontrolada nas grandes cidades, o descaso das classes dirigentes pelos problemas sociais, apareceram nas comemorações de forma contundente porque uma campanha, por maior que seja nos meios de comunicação de massa, não é suficiente para fazer desaparecer os problemas crônicos da exclusão social. O apagamento simbólico dos conflitos pode turvar a visão da realidade, mas não os elimina. Não obstante todo esforço pelo esquecimento do conflito na história nacional, os confrontos continuam presentes em nosso cotidiano.

Em 22 de abril de 2000, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso recebeu para um almoço comemorativo o Presidente da República de Portugal e outras autoridades das duas nações. Ao mesmo tempo, a polícia baiana impedia que milhares de manifestantes entrassem na cidade de Porto Seguro. Participavam dos protestos, principalmente, integrantes dos povos indígenas, engrossados por sem-terras, estudantes, anarco-punks, integrantes do movimento negro, sindicalistas, parlamentares, entre outros grupos. O aparato policial montado pelos governos federal e estadual não permitiu sua entrada em Porto Seguro alegando razões de segurança dos chefes de Estado presentes. Além do tratamento de choque dado àqueles manifestantes, um fato chamou a atenção dos que acompanharam os acontecimentos de abril de 2000: os soldados da Polícia Militar do Estado da Bahia não traziam identificação nos uniformes, o que impediu a identificação dos autores dos abusos de poder verificados naquela ocasião. Acredito que o 22 de abril, e toda comemoração do Brasil 500, foi uma ação do teatro de Estado, uma iniciativa para produzir referências simbólicas sobre si mesmo e legitimar sua política. Por outro lado, boa parte da sociedade se organiza em torno dos movimentos populares, como aconteceu naqueles eventos no litoral sul da Bahia.

Dentro do espectro geral de iniciativas comemorativas chamou a atenção a quantidade de produções *de época*, ou seja, com conotação histórica, realizadas pela rede Globo de televisão (Como *Chiquinha Gonzaga* ; *O cravo e a Rosa* ; *Aquarela do Brasil*; *A força de um desejo*; *A muralha*; *A invenção do Brasil*, *A padroeira*, *O Quinto dos infernos*, *Terra Nostra*, *Esperança* e, agora, *A Casa das Sete Mulheres*). Isso mostra como o discurso histórico é incorporado pelas grandes empresas de comunicação, que cooperam com o Estado na tarefa de vigiar a História. Essas produções *de época*, naturalmente, reverberam na escola. Mas, ao contrário do que normalmente se crê, alunos e alunas não são espectadores passivos e acríticos dessas mensagens. Enquanto a fala presidencial em 22 de abril de 2000 menciona uma “*demarcação pacífica*” das fronteiras nacionais, um aluno de 5ª série, no mesmo dia, afirmava que os índios “*não têm motivos para festejar por quê Eles foram mortos e escorraçados do país deles ou melhor da terra deles [...] mas ninguém sabe ao certo em que dia e de onde mas os índios*

*vieram para cá há muito mais tempo que nós e, por isso, eles têm muito mais contato com a natureza do que nós e tem mais amor [...] a natureza e ao que é deles*". E essa não é uma opinião isolada.

Como se viu pelos textos produzidos pelos alunos e alunas das escolas públicas, a exaustiva campanha *Brasil 500* não conseguiu fincar raízes profundas no sistema de identidade compartilhada pelos brasileiros. Prova disso, foi que essa data *canônica* não foi comemorada nos anos posteriores a 2000, nem nos grandes meios de comunicação, nem pelas iniciativas dos diferentes níveis do Estado, muito menos pelas escolas das redes públicas de ensino. Se o objetivo do projeto oficial era desenvolver a legitimidade desse bloco histórico que está no poder, então parece que a campanha foi um fracasso, pois não contribuiu para desenvolver um sentimento de *Nação sem conflitos* entre os diferentes setores da sociedade, nem mesmo nas atividades escolares.

A vontade das classes populares de pronunciar o seu discurso tantas vezes silenciado, apareceu com a força das palavras autênticas e não ficou circunscrita aos protestos de 22 de abril. Nas escolas essa vontade também se manifestou, como nos murais de arte grafite, pintados por estudantes. Nelas, ainda que marcados pelo tom oficial, nota-se o desejo do discurso popular em ganhar o mundo, em se realizar em *palavra*, mesmo que fosse através da linguagem iconográfica. É imperativo falar sobre a importância pedagógica deste tipo de atividade: primeiro porque transforma o aluno em cúmplice da ação escolar, ou em outras palavras, transparece o papel de sujeito que cabe aos estudantes; além disso, coloca o espaço físico da escola como um campo de manifestação cultural da sua comunidade; valoriza os padrões estéticos dos alunos; finalmente, estabelece um espaço de diálogo do conhecimento disciplinar com o senso comum, passo fundamental na constituição de um projeto popular de escola.

As atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto das comemorações dos quinhentos anos, em abril de 2000, demonstram a emergência das histórias submersas e das memórias apagadas pela narrativa institucional nos livros. As mensagens por trás do silêncio são fortes indicadores das interpretações populares sobre o processo de formação da nação. Existe uma mensagem própria, ainda que desagregada, pronunciada pelas classes populares em suas intervenções no tecido urbano, notadamente na escola que foi meu campo de pesquisa específico. Dentro do espaço da cidade, a escola é um local muito rico em experiências e descobertas, ao contrário do que faz crer uma visão catastrófica do quadro educacional brasileiro, geralmente ligados às administrações dos sistemas de ensino. O território escolar tem uma rotina peculiar, que é muito dinâmica: os fenômenos se repetem diariamente, mas não de forma idêntica, e sim num processo iterativo. A ordem estabelecida é diariamente reordenada, testada socialmente, ao ser posta em prática naquela agência.

Quis, por outro lado, mostrar que existem iniciativas bem sucedidas de ensino de História e dar relevo aos casos de alunos que gostam desta disciplina, já que a literatura especializada sobre o tema passa uma idéia errada de que os alunos detestam o estudo dela, que não se interessam ou acham-na irrelevante. Certa vez um aluno de dez anos de idade me disse: "*minha vida é dedicada à História*". Acho que isso mostra como está equivocada a perspectiva que só vê alunos desinteressados por toda a parte. Além disso, não é tarefa do professor semear interesse em seus alunos?

Optei por tratar os processos sociais estudados sob a ótica da multiplicidade, ou seja, como forma de ressaltar a complexidade, e não a simplificação, dos fenômenos relacionados ao conhecimento escolar. Acredito que a extrema utilização da estatística no campo educacional provocou um distanciamento muito grande de muitos estudiosos da realidade em carne e osso, da riqueza contida nas admiráveis diferenças manifestada em cada escola e em cada escolar – suas cores, seus cheiros, seus sabores.

Busquei resgatar boa parte da cultura popular que se manifesta nos diferentes espaços e tempos escolares. É necessário falar, entretanto, que não partilho a pretensão de alguns pesquisadores em revelar ou "ressuscitar" a cultura popular, como se fosse uma invenção ou descoberta sua. Isso acontece porque eles não entendem que ela está viva nas formas populares de pensar e agir no mundo, com seus próprios instrumentos de memória. Por isso, a "dificuldade" de fontes populares, que é apontada por alguns estudiosos: querem tratar novos

fatos com velhos métodos. É comum, então, que se esqueça a importância da rima (e, portanto, da música e da poesia) na preservação da memória popular.

Apesar da História oficial mostrar apenas a participação dos grandes personagens na construção da nação, sabemos que este processo foi conduzido com ampla participação popular, ainda que a memória das suas ações seja submersa pela narrativa institucional. Assim sendo, o processo de feitura da nação não conta apenas com os grandes – as camadas populares também fazem parte da sua *tripulação*: são elas que com seu trabalho garantem que o barco siga rumo ao futuro. Quis, com meu trabalho, contribuir para o registro da memória popular num importante momento para a nação – as comemorações dos quinhentos anos da chegada dos portugueses – numa instituição fundamental – a escola. Trago, novamente o padre Antônio Vieira, que disse que “*O homem é o que faz, e não é outra coisa*”.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ALVES, Nilda e Garcia, Regina. **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CALLADO, Antônio. “Prefácio”. In: Teixeira, Evandro e Bentes, Ivana. **Canudos 100 anos**. Rio de Janeiro, Textual, 1997, pp. 11-13.

\_\_\_\_\_. “Há cem anos o Brasil afunda com Canudos”. Folha de São Paulo, 20/04/1996.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Abril, 2000.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MENDONÇA, Sonia. **Brasil: 500 anos de quê?** Retirado da página da internet *Brasil outros 500*, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

TEIXEIRA, Evandro e Bentes, Ivana. **Canudos 100 anos**. Rio de Janeiro, Textual, 1997.

VIEIRA, Padre Antonio. “Sermão da Terceira Domingo do Advento”, in: **Sermões**. Porto: Lello e Irmão editores; Lisboa: Aillaud e Lellos, 1951.